

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Orcamento 84

Com base nas propostas apresentadas pelos diversos Ministérios e órgãos da administração direta, a Seplan começou a estudar a proposta orçamentária para 1984, a qual deverá consignar receita e despesa em nível próximo dos Cr\$ 20,0 trilhões. Como acontece todos os anos, às vésperas do prazo fatal de remessa do projeto de lei orçamentária ao Congresso, o que, constitucionalmente, deve ocorrer até o último dia do mês de agosto corrente, precipitam-se as discussões, de um lado os Ministérios lutando, legitimamente, diga-se de passagem, para obter o máximo de recursos, e de outro, a Seplan tentando compatibilizar os dispêndios com a limitação da receita.

Uma questão importante, que tem consumido horas de discussão da equipe governamental encarregada da elaboração do projeto de lei orçamentária, diz respeito à fixação do volume de transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário, vale dizer, da contribuição do Tesouro para o orçamento das empresas do Governo. Este ano, às transferências alcançaram Cr\$ 2,4 trilhões, e o propósito do Governo, segundo diretrizes já acertadas com os negociadores do Fundo Monetário Internacional, é reduzir, em termos reais, o limite das transferências.

Trata-se, sem dúvida, de medida das mais sensatas, que se ajusta à orientação traçada de reduzir a presença do Estado na economia, e estimular as empresas governamentais a tornarem-se rentáveis não através da ajuda dos contribuintes, mas mediante o aumento dos índices de eficiência. Sabe-se de casos de empresas estatais que, não dispondo de receita operacional própria, sobrevivem às custas de transferências de recursos do Tesouro, uma prática que deve ser eliminada, se, efetivamente, o Governo levar a sério o processo de desestatização.

Outro ponto relevante, posto à discussão no momento em que se discute a lei de meios para o próximo exercício, diz respeito ao chamado "orçamento social" do Governo, ou seja, o volume de dotações destinadas a projetos e programas de interesse social, nas áreas de educação, saúde, saneamento, projetos assistenciais às populações de baixa renda, assistência à maternidade e à infância e outros.

Infelizmente, a cada ano, esses recursos estão sendo reduzidos, se considerados em termos reais e comparados com a evolução da receita orçamentária. Essa diminuição — o que é mais grave — decorre justamente da crescente solicitação de recursos por parte das empresas estatais, ocorrendo, no caso, uma completa inversão dos objetivos do orçamento fiscal: os contribuintes pagam o imposto para que ele reverta em benefício da sociedade, através de aplicações em projetos de interesse comunitário e social, e não para viabilizar programas de investimentos de empresas do Governo, produzam ou não lucros.

A julgar pela disposição do Governo, parece haver, a partir de agora, uma nova postura, privilegiando-se aplicações de natureza social e limitando-se o esbanjamento dos recursos públicos, que só contribui para o fortalecimento da estatização.